



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

EVA DANIELLE OLIVEIRA ARGOLO

**ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DO BALANÇO
ORÇAMENTÁRIO DA PREFEITURA DO RECIFE ENTRE 2020 E 2023**

**CAMPINA GRANDE
2024**

EVA DANIELLE OLIVEIRA ARGOLO

**ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DO BALANÇO
ORÇAMENTÁRIO DA PREFEITURA DO RECIFE ENTRE 2020 E 2023**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Pública

Orientador: Prof. Me. Gabriel Santos de Jesus.

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48o Oliveira, Eva Danielle Argolo.
Orçamento público municipal [manuscrito] : uma análise do balanço orçamentário da prefeitura do Recife entre 2020 e 2023 / Eva Danielle Argolo Oliveira. - 2024.
25 f.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2024.
"Orientação : Prof. Me. Gabriel Santos de Jesus, Departamento de Ciências Contábeis - CCSA".
1. Balanço orçamentário. 2. Gestão fiscal. 3. Prefeitura de Recife. 4. Sustentabilidade financeira. I. Título
21. ed. CDD 343.03

EVA DANIELLE OLIVEIRA ARGOLO


ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DO BALANÇO
ORÇAMENTÁRIO DA PREFEITURA DO RECIFE ENTRE 2020 E 2023

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento do Curso
de Ciências Contábeis da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel
em Ciências contábeis.


Área de concentração: Contabilidade
Pública.

Aprovada em: 14/11/2024.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **GABRIEL SANTOS DE JESUS**
Data: 25/11/2024 09:30:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Gabriel Santos de Jesus (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 **AUGUSTO CESAR SILVA GONCALVES**
Data: 24/11/2024 20:28:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Augusto César Silva Gonçalves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 **ROMULO BENICIO LUCENA FILHO**
Data: 25/11/2024 09:19:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Rômulo Benício Lucena Filho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe, pela dedicação,
companheirismo e amizade, DEDICO.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	REVISÃO DE LITERATURA	7
2.1	Contabilidade pública	7
2.2	Orçamento Público	8
2.3	Indicadores de Desempenho Orçamentário	9
3	METODOLOGIA	11
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	12
4.1	Análise do Balanço Orçamentário	13
4.2	Índices Orçamentários	16
4.2.1	Quociente do Equilíbrio Orçamentário	16
4.2.2	Quociente de Execução da Receita	16
4.2.3	Quociente de Execução da Despesa	17
4.2.4	Quociente de Execução Orçamentária Corrente	18
4.2.5	Quociente de Execução Orçamentária de Capital	19
4.2.6	Quociente do Resultado Orçamentário	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
	REFERÊNCIAS	21

ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA PREFEITURA DO RECIFE ENTRE 2020 E 2023

Eva Oliveira*
Gabriel Jesus**

RESUMO

Este estudo analisa o balanço orçamentário do município do Recife entre 2020 e 2023, com o objetivo de analisar a eficiência da gestão orçamentária e financeira da Prefeitura do Recife. A pesquisa destaca as oscilações nas receitas de capital e na execução das despesas de investimento, apontando limitações na captação de recursos e na alocação eficiente dos gastos públicos. A análise inclui recomendações práticas para aprimorar a gestão orçamentária, como a diversificação das fontes de receita por meio de parcerias público-privadas e a criação de um fundo de reserva orçamentária para garantir a sustentabilidade financeira do município. Também são sugeridas ferramentas de monitoramento contínuo das despesas e indicadores de desempenho, visando aumentar a transparência e a eficiência dos investimentos públicos. Os resultados indicam que uma abordagem mais estratégica na gestão fiscal pode promover o desenvolvimento sustentável de Recife e atender melhor às demandas da população.

Palavras-chave: Balanço Orçamentário. Gestão Fiscal. Recife. Sustentabilidade Financeira.

ABSTRACT

This study analyzes the budget balance of the municipality of Recife from 2020 to 2023, aiming to analyze the efficiency of budget and financial management of Recife City Hall. The research highlights fluctuations in capital revenues and the execution of investment expenditures, pointing out limitations in resource acquisition and the efficient allocation of public spending. The analysis includes practical recommendations for improving budget management, such as diversifying revenue sources through public-private partnerships and creating a budget reserve fund to ensure the municipality's financial sustainability. Continuous expense monitoring tools and performance indicators are also suggested to enhance transparency and investment efficiency. The results indicate that a more strategic approach to fiscal management can promote Recife's sustainable development and better meet the population's needs.

Keywords: Budget Balance. Fiscal Management. Recife. Financial Sustainability.

* Bacharelanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. E-mail: eva.danielle@gmail.com

** Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba.
E-mail: gabrieljesus55@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Silva et al. (2018), a contabilidade pública é responsável por registrar, analisar e comunicar informações financeiras e orçamentárias relacionadas às atividades do setor público. Por meio da aplicação de princípios contábeis e normas específicas, busca-se fornecer uma representação precisa e confiável da situação financeira e do desempenho das instituições públicas. A contabilidade pública desempenha um papel fundamental na gestão dos recursos financeiros e na prestação de contas das entidades governamentais. É através das informações disponíveis nos relatórios contábeis que os gestores tomam importantes decisões socioeconômicas.

Segundo *Frezatti* e Junqueira (2015), a adoção de padrões contábeis internacionais, como as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), contribui para a harmonização das práticas contábeis em nível global, facilitando a análise e avaliação do desempenho financeiro e orçamentário dos governos.

No contexto brasileiro, os municípios desempenham um papel crucial na prestação de serviços públicos essenciais, como saúde, educação, transporte e infraestrutura urbana. Nesse sentido, a análise da gestão orçamentária e financeira das prefeituras torna-se uma questão de grande relevância. Haja vista tal importância do município para a sociedade, é válido ressaltar a disponibilidade das informações contábeis sobre os gastos públicos à sociedade.

No Brasil, a principal lei que regulamenta a transparência dos gastos públicos é a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Esta estabelece obrigações e limites para o endividamento público, define regras para a elaboração e execução do orçamento público e determina a divulgação de informações financeiras e contábeis por parte das entidades públicas.

A promoção da transparência no setor público é essencial para fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais, ou seja, promover *accountability*, garantindo integridade das informações. Conforme destacado por Bresser-Pereira (2016), a transparência na divulgação das informações contábeis e orçamentárias permite que os cidadãos e demais partes interessadas acompanhem de perto as atividades do governo, fiscalizem o uso dos recursos públicos e participem ativamente do processo democrático.

Nesse contexto, os balanços orçamentários representam uma importante fonte de dados e informações sobre a situação financeira e o desempenho da gestão municipal. Tendo em vista a importância da análise deste relatório contábil, surge o seguinte questionamento: **“Qual foi a eficiência da gestão orçamentária e financeira da Prefeitura do Recife entre os anos de 2020 a 2023?”**.

De acordo com Oliveira e Rocha (2016), a análise dos balanços orçamentários das prefeituras permite uma avaliação detalhada das receitas, despesas, investimentos e resultados obtidos pela administração municipal ao longo do tempo. Essa análise proporciona *insights* valiosos sobre a eficácia das políticas e práticas de gestão adotadas, identificando áreas de força e fraqueza, bem como oportunidades de melhoria.

O presente trabalho tem o objetivo geral de analisar a eficiência da gestão orçamentária e financeira da Prefeitura do Recife, tendo os seguintes objetivos específicos: Identificar através dos indicadores, tendências e padrões nos gastos

públicos, receitas e investimentos realizados pelo município; Comparar os resultados de desempenho econômico do município ao longo dos anos; Proporcionar a sociedade e aos gestores uma análise da gestão dos recursos públicos.

Recife é reconhecido como um dos polos econômicos mais importantes do Nordeste, com destaque nas áreas de tecnologia, turismo e serviços. Segundo Oliveira e Martins (2021), a economia do Recife se fortalece com o Porto Digital, considerado um dos maiores parques tecnológicos do país, o que torna o município um centro estratégico para inovação e desenvolvimento tecnológico. Esse crescimento no setor tecnológico tem atraído investimentos nacionais e internacionais, consolidando o Recife como um motor de desenvolvimento para a região (SILVA & PEREIRA, 2022).

Por outro lado, o rápido crescimento urbano e a complexidade da economia local geram desafios adicionais para a gestão orçamentária municipal, que precisa equilibrar a expansão de infraestrutura com a sustentabilidade fiscal. De acordo com Costa e Almeida (2020), municípios com economias diversificadas como o Recife enfrentam a necessidade de aprimorar a alocação de recursos para atender à crescente demanda por serviços públicos. No contexto de um polo regional, o desempenho financeiro e orçamentário do Recife impacta não apenas os serviços locais, mas também o desenvolvimento da região Nordeste como um todo (FREITAS & NUNES, 2022).

A análise do balanço orçamentário de Recife entre 2020 e 2023, portanto, permite observar como o município tem lidado com esses desafios e avaliar a eficiência da sua gestão financeira diante das particularidades regionais. Ao considerar os fatores estruturais que influenciam o desempenho econômico e fiscal do Recife, este estudo contribui para identificar áreas de melhoria na gestão orçamentária que poderiam fortalecer tanto o município quanto a região em termos de desenvolvimento sustentável.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Contabilidade Pública

A contabilidade, enquanto ciência que registra, organiza e interpreta os fenômenos financeiros, econômicos e patrimoniais de uma entidade, seja ela, pública ou privada, é fundamentada em princípios técnicos que norteiam suas práticas e direcionam o trabalho dos profissionais contábeis e garantem a confiabilidade e a transparência das informações geradas. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão responsável por normatizar a prática contábil no Brasil, estabelece os princípios da contabilidade pública através da NBC T 16 – Normas Brasileiras de contabilidade Aplicadas ao Setor Público. É com base no que esta norma determina que os dados são contabilizados e os relatórios são realizados, mantendo a prudência e relevância das informações, sempre prezando por transparência e confiabilidade do que é apresentado aos usuários.

Além dos princípios a NBC T 16, traz também a definição de dois elementos essenciais para a adequada elaboração e execução do orçamento público, as receitas públicas que são os ingressos de recursos financeiros que aumentam o patrimônio público, sem constituir obrigações de reembolso e sem corresponder a uma contraprestação direta do Estado. E as despesas públicas que são os sacrifícios financeiros arcados pela administração pública, com a finalidade de

obtenção de bens e serviços necessários à execução de suas atividades e ao atendimento das necessidades coletivas.

Esses elementos são classificados em dois, quais sejam: correntes e de capital, tanto as despesas como as receitas seguem esse padrão. Sendo assim, as receitas correntes incluem tributos (impostos, taxas e contribuições), receitas patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços e transferências correntes. E as despesas correntes incluem despesas com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, e outras despesas correntes necessárias à manutenção das atividades governamentais. Enquanto as receitas de capital que englobam operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital. E as despesas de capital incluem investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

Desta forma é válido salientar a importância da apuração e mensuração correta dos valores referentes as receitas e despesas. De acordo com Santos & Aranha, 2020, as receitas estimadas determinam a capacidade do governo de planejar suas despesas e investimentos, garantem a viabilidade financeira dos serviços públicos e a manutenção da infraestrutura. Já as despesas possibilitam a implementação de políticas e programas governamentais, como educação, saúde, segurança e assistência social; Investimentos públicos em infraestrutura, como estradas, escolas e hospitais, são essenciais para o desenvolvimento sustentável.

A relação entre receitas e despesas é fundamental para a gestão financeira do setor público. O equilíbrio orçamentário, que é a igualdade entre receitas e despesas, é um dos principais objetivos da administração pública, buscando evitar *déficits* e a necessidade de endividamento excessivo. Um orçamento equilibrado é indicativo de uma gestão responsável e sustentável dos recursos públicos (Giacomoni, 2017; Santos & Aranha, 2020).

2.2 Orçamento Público

O orçamento público é um elemento de fundamental importância na gestão financeira, pois nele se estabelecem as previsões de receitas e despesas para um determinado período, geralmente de um ano. Segundo Matias-Pereira (2018), é essencial para determinar as prioridades da gestão sobre a alocação dos recursos públicos disponíveis, a fim de garantir o atendimento das demandas sociais e o cumprimento de metas e objetivos estabelecidos pelo governo. Neste contexto, é necessário compreender os conceitos básicos do orçamento público, como sua elaboração, execução e avaliação. A elaboração do orçamento público é um processo complexo e crucial, envolvendo diversas etapas e procedimentos que visam estabelecer as prioridades para o uso dos recursos públicos, geralmente se inicia com a definição das diretrizes e metas, estabelecidas pelo governo para o período orçamentário seguinte, que são elaboradas com base nas políticas públicas e nos objetivos estratégicos do governo, levando em consideração as demandas e necessidades da sociedade.

Em seguida, ocorre a elaboração da proposta orçamentária, que consiste na estimativa das receitas e na programação das despesas a serem realizadas pelo governo. Essa etapa envolve o levantamento das fontes de recursos disponíveis, como tributos, transferências federativas e financiamentos, bem como a identificação das áreas prioritárias de investimento e os programas a serem contemplados no orçamento. Após a elaboração da proposta orçamentária, o documento é submetido

à análise e discussão pelos órgãos competentes, como o Poder Legislativo e o Conselho de Gestão Fiscal. Durante esse processo, são realizadas audiências públicas e consultas à sociedade civil para garantir a participação e o controle social na definição das prioridades orçamentárias.

Uma vez aprovado, o orçamento público é executado ao longo do exercício financeiro, sendo monitorado e avaliado periodicamente para verificar o cumprimento das metas estabelecidas e a efetividade das políticas implementadas. Eventuais ajustes e realocações de recursos podem ser realizados ao longo do ano, mediante autorização legislativa e observância dos princípios orçamentários.

No Brasil, o orçamento público é regulamentado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e pela Constituição Federal, que estabelecem as regras e procedimentos para sua elaboração, execução e controle. Ele é dividido em diversas categorias que compreende tanto as receitas e despesas correntes quanto as de capital, são elas: Orçamento fiscal que compreende os gastos com educação, saúde, segurança, administração pública, entre outros. As receitas fiscais incluem principalmente os tributos arrecadados pelo governo, como impostos, taxas e contribuições; Orçamento da seguridade social que se refere às receitas e despesas destinadas à proteção social dos cidadãos, por exemplo, os recursos destinados ao financiamento da Previdência Social, do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As receitas da seguridade social são provenientes principalmente das contribuições sociais, como as contribuições previdenciárias e o PIS/PASEP; Orçamento de investimento, destinado à realização de investimentos públicos em infraestrutura, obras públicas, programas de desenvolvimento econômico e social, entre outros. Ele abrange os gastos com investimentos em áreas como transporte, energia, saneamento, habitação e educação. As fontes de recursos para o orçamento de investimento podem incluir recursos próprios do governo, empréstimos, financiamentos e parcerias público-privadas.

A gestão orçamentária em nível municipal apresenta características próprias, considerando as demandas específicas da comunidade e as particularidades econômicas e sociais do local. A Constituição Federal de 1988 determina os poderes públicos como, executivo, legislativo e judiciário e as esferas que são União, Estado e Município. Nesta configuração o Prefeito é o chefe do poder executivo na esfera municipal, sendo por sua vez o responsável por elaborar o orçamento, entre outras atribuições. Em suma, o orçamento público desempenha um papel crucial na gestão das finanças públicas, contribuindo para a eficiência, transparência e responsabilidade na administração dos recursos do Estado.

2.3 Indicadores de Desempenho Orçamentário

Para realizar a análise do desempenho orçamentário da Prefeitura do Recife é necessário considerar as informações que constam nas demonstrações contábeis do município, pois elas fornecem uma visão detalhada da posição financeira, do desempenho operacional e dos fluxos de caixa de uma organização, servindo como base para a tomada de decisões econômicas. Conforme Oliveira (2020), as demonstrações contábeis são essenciais para revelar a situação econômica e financeira de uma entidade, facilitando o controle e a gestão eficiente dos recursos.

De acordo com Santos (2017), os indicadores de desempenho contábil são métricas utilizadas para avaliar a saúde financeira e a eficiência operacional das

entidades públicas. Eles fornecem resultados críticos para os gestores públicos, permitindo identificar áreas que necessitam de melhorias e assegurar que os recursos estão sendo utilizados de forma eficaz.

Oliveira (2020) destaca que a utilização de indicadores de desempenho contábil no setor público é fundamental para garantir a transparência e a *accountability*, elementos essenciais para a governança pública. Esses indicadores são essenciais não apenas para o controle interno, mas também para a prestação de contas aos órgãos de controle externo e à sociedade em geral.

Segundo Kohama (2015), esses indicadores são essenciais para compreender como as políticas públicas são implementadas e quais resultados são alcançados em termos de utilização dos recursos financeiros. Eles possibilitam que os gestores públicos e os órgãos de controle acompanhem e avaliem o cumprimento dos objetivos orçamentários estabelecidos. O quadro abaixo apresenta quocientes que permitem mensuração dos dados do balanço orçamentário.

Quadro 01- Indicadores da Execução Orçamentária

Indicador	Fórmula	Descrição	Importância
Quociente de Execução de Receita	$QER = \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Previsão Inicial}}$	Mede a proporção da receita efetivamente arrecadada em relação à receita prevista no orçamento.	Avalia a capacidade da entidade pública de gerar os recursos financeiros necessários.
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	$QEO = \frac{\text{Dotação Atualizada}}{\text{Previsão Inicial}}$	Compara a receita arrecadada com a despesa realizada, indicando o equilíbrio fiscal.	Avalia a sustentabilidade financeira da entidade, mostrando se as receitas são suficientes para cobrir as despesas.
Quociente da Execução da Despesa	$QED = \frac{\text{Despesas Empenhadas}}{\text{Dotação Atualizada}}$	Mede a proporção da despesa efetivamente realizada em relação à despesa prevista no orçamento.	Verifica se a entidade pública está executando suas despesas conforme o planejado.
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	$QEOCo = \frac{\text{Receita Corrente}}{\text{Despesa Corrente}}$	Avalia a proporção da receita corrente em relação ao empenho de despesa corrente.	Monitora o compromisso de gastos assumido pela entidade ao longo do exercício financeiro.
Quociente da Execução Orçamentária de Capital	$QEOCa = \frac{\text{Receita de Capital}}{\text{Despesa de Capital}}$	Mede a proporção das despesas de capital executadas em relação às despesas de capital previstas.	Avalia a eficiência na execução de despesas voltadas para investimentos e aquisição de ativos.
Quociente do Resultado Orçamentário	$QRE = \frac{\text{Receitas Realizadas}}{\text{Despesas Empenhadas}}$	Demonstra o quanto da Receita Realizada foi utilizada para cobrir as Despesas Empenhadas.	Avalia a sustentabilidade financeira da entidade, mostrando se as receitas são suficientes para cobrir as despesas.

Fonte: adaptado de Kohama (2015)

Giacomoni (2017) argumenta que os indicadores de desempenho fornecem uma base sólida para o planejamento e controle das finanças públicas, permitindo ajustes oportunos e a melhoria contínua dos processos.

3 METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem exploratório-descritiva, com métodos qualitativos e quantitativos, para analisar o balanço orçamentário da Prefeitura de Recife entre 2020 e 2023. A metodologia foi estruturada em etapas para garantir a precisão dos dados e a profundidade da análise, conforme descrito abaixo:

1. **Coleta de Dados:** Inicialmente, foram coletados dados dos balanços orçamentários disponíveis no portal da transparência da Prefeitura do Recife, abrangendo informações sobre receitas e despesas previstas e realizadas no período de estudo. A consulta ao portal da transparência é fundamental para garantir a confiabilidade e a acessibilidade das informações, como destacado por Araújo e Mendes (2020), que defendem o papel dos portais públicos para a fiscalização e a análise de gestão orçamentária. Além disso, foram consultadas bases secundárias, incluindo artigos científicos, livros e normas legais aplicáveis à contabilidade pública.
2. **Seleção dos Indicadores Orçamentários:** Em seguida, foram escolhidos os indicadores essenciais para a análise do desempenho orçamentário, com base em Kohama (2015), como o Quociente de Execução da Receita, Quociente de Execução da Despesa e Quociente de Resultado Orçamentário. Esses indicadores, conforme Kohama (2015), são amplamente utilizados para avaliar a sustentabilidade fiscal e a eficiência na administração de receitas e despesas municipais, oferecendo uma base quantitativa robusta para a análise.
3. **Tratamento e Análise dos Dados:** Os dados coletados foram organizados em tabelas para facilitar a visualização das execuções orçamentárias ao longo dos anos. Cada indicador foi calculado com base nos valores previstos e realizados, permitindo identificar tendências, desvios e padrões de desempenho no balanço orçamentário do município. Silva e Rocha (2021) destacam que o uso combinado de abordagens qualitativas e quantitativas é crucial para uma compreensão abrangente dos dados públicos, o que justifica a combinação de métodos neste estudo. Foram aplicados cálculos específicos para determinar o quociente de cada categoria orçamentária e confrontar os resultados com as metas estabelecidas.
4. **Interpretação dos Resultados:** Após o cálculo dos indicadores, os resultados foram interpretados criticamente, associando-os à literatura e às práticas de gestão fiscal observadas em outros municípios. A análise qualitativa complementou a quantitativa ao explorar as causas e implicações das variações nas receitas e despesas, destacando as principais dificuldades e oportunidades na gestão orçamentária de Recife. Silva e Costa (2021) sugerem que uma interpretação crítica dos resultados é essencial para identificar não apenas os números, mas também os fatores subjacentes ao desempenho fiscal.

5. Discussão Comparativa e Recomendações: Por fim, os resultados foram comparados com práticas e estudos de municípios brasileiros e de economias emergentes. Esse passo permitiu identificar melhorias potenciais e práticas recomendadas, resultando em recomendações específicas para a gestão fiscal do Recife. Estudos de Garcia e Martinez (2023) sobre práticas internacionais de monitoramento e eficiência fiscal serviram de base para a formulação das recomendações.

Esse passo a passo, apoiado em referências teóricas e práticas, permitiu uma análise detalhada e organizada, garantindo que cada etapa fosse conduzida com critérios rigorosos de transparência e precisão, essenciais para alcançar conclusões fundamentadas e relevantes para a gestão fiscal municipal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A execução orçamentária nos municípios brasileiros continua enfrentando desafios complexos, particularmente em relação à captação e gestão das receitas de capital e à eficiência nas despesas de investimento. Relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) (2023) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022) destacam que a falta de recursos e de planejamento fiscal a longo prazo impacta diretamente a capacidade dos municípios de realizar projetos em infraestrutura, saúde e educação, setores essenciais para o desenvolvimento local. Em muitos casos, a dependência de repasses estaduais e federais limita a autonomia fiscal, o que, segundo Gomes e Pereira (2021), é um fator que contribui para o desequilíbrio nas contas municipais, afetando a sustentabilidade financeira.

No contexto internacional, o Fundo Monetário Internacional (FMI) (2022) tem promovido estudos que sugerem a adoção de práticas de gestão fiscal adaptadas para economias emergentes, incluindo o uso de ferramentas tecnológicas para melhorar a arrecadação e o monitoramento das despesas. Países que implementaram reformas tributárias com foco em eficiência fiscal, como o Chile e a Colômbia, têm apresentado um aumento na arrecadação e melhor execução orçamentária, mesmo em regiões com limitações de infraestrutura (Oliveira e Martinez, 2022). Essas práticas poderiam servir de modelo para o Recife, incentivando o uso de sistemas integrados de gestão fiscal que facilitem o planejamento e o monitoramento de receitas e despesas em tempo real.

Além disso, Silva e Costa (2023) apontam que a governança fiscal e a transparência são fundamentais para a execução eficaz do orçamento público. O fortalecimento de órgãos de controle e a criação de indicadores de desempenho orçamentário permitem uma maior visibilidade dos recursos aplicados, assegurando que o orçamento seja direcionado a projetos com maior retorno social. Para Recife, essas medidas poderiam melhorar a eficiência dos gastos e aumentar a confiança da população e dos investidores na gestão pública.

Por fim, ao considerar os resultados do balanço orçamentário de Recife entre 2020 e 2023, observa-se que a cidade poderia se beneficiar de políticas que priorizem tanto a captação de recursos de operações de crédito e parcerias público-privadas quanto a criação de um fundo de reserva orçamentária. Essas práticas, conforme recomendam Carvalho e Lopes (2023), são eficazes para mitigar os impactos de crises financeiras e oscilações na arrecadação. Assim, uma estratégia orçamentária mais robusta e preventiva pode contribuir para um crescimento econômico sustentável e uma melhor prestação de serviços públicos na cidade.

4.1 Análise do Balanço Orçamentário

O balanço orçamentário apresenta o desempenho da administração pública em relação à arrecadação de receitas e à execução das despesas previstas no orçamento fiscal e da seguridade social, em um determinado exercício financeiro. Através deste documento é possível confrontar as receitas previstas com as receitas efetivamente realizadas, além das despesas autorizadas com as executadas, esta análise é fundamental para avaliar a eficiência da gestão e identificar possíveis desvios no planejamento e execução do orçamento.

A análise dos resultados do balanço orçamentário do Recife entre 2020 e 2023 revela oscilações na execução de receitas e despesas, especialmente nas receitas de capital e despesas de investimento. Essas oscilações indicam dificuldades na captação de recursos externos e na execução de projetos essenciais para o desenvolvimento local. Uma possível causa para esse déficit pode estar associada à dependência de transferências estaduais e federais, que, quando instáveis, impactam diretamente a capacidade do município de investir em infraestrutura, saúde e educação.

De acordo com estudos de Gomes e Pereira (2021), municípios que dependem fortemente de repasses enfrentam limitações para desenvolver projetos autossustentáveis, tornando-se vulneráveis a crises econômicas e variações nas políticas públicas federais. Em Recife, essa dependência ressalta a importância de diversificar as fontes de receita, explorando alternativas como parcerias público-privadas e operações de crédito para reduzir a pressão sobre o orçamento.

Além disso, a execução parcial das despesas de capital reflete desafios na gestão de projetos e na capacidade administrativa de concluir obras dentro do prazo e do orçamento. Segundo Silva e Costa (2023), muitos municípios brasileiros enfrentam dificuldades para executar investimentos devido à falta de planejamento estratégico e capacitação técnica. Esse contexto é relevante para Recife, onde investimentos em infraestrutura são necessários para sustentar o crescimento urbano e atender à demanda por serviços públicos de qualidade.

Essa análise crítica permite uma compreensão mais ampla dos obstáculos que afetam a gestão financeira de Recife e indica áreas onde políticas e práticas de planejamento poderiam ser aprimoradas para garantir uma execução orçamentária mais eficiente e sustentável. Diante disso, temos a tabela 1 que apresenta os principais dados dos balanços orçamentários entre os anos 2020 a 2023 da prefeitura do Recife.

Tabela 1 – Balanço Orçamentário (2020 a 2023)

CONTAS	2020		2021	
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	PREVISÃO	EXECUÇÃO
RECEITAS				
RECEITAS CORRENTES	6.249.576.809,55	5.275.618.598,89	6.217.214.341,91	5.888.617.419,98
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.188.276.000,00	1.974.250.152,93	2.035.682.050,00	2.275.367.071,59
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	593.030.700,00	520.208.175,55	590.753.000,00	617.694.712,16
RECEITA PATRIMONIAL	310.317.400,00	48.797.437,17	325.601.025,00	36.815.436,23
RECEITA DE SERVIÇOS	55.846.085,40	62.186.809,78	57.703.361,83	57.725.906,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.934.532.108,41	2.525.047.938,66	3.068.129.775,08	2.797.081.021,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	167.574.515,74	145.128.084,80	139.345.130,00	103.933.272,39
RECEITAS DE CAPITAL	804.886.665,92	329.018.706,55	635.404.439,67	247.907.894,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	717.743.905,56	284.733.568,64	524.293.413,67	181.792.734,60
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	580.433,00	50.000,00	6.176.825,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	40.000,00	-	20.000,00	178.277,67
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	80.971.951,46	37.352.698,88	102.005.876,00	52.451.281,31
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	6.080.808,90	6.352.006,03	9.035.150,00	7.308.776,10
TOTAL DAS RECEITAS	7.054.463.475,47	5.604.637.305,44	6.852.618.781,58	6.136.525.314,66
DESPESAS				
DESPESAS CORRENTES	5.768.198.622,64	5.041.339.009,33	5.693.550.856,86	5.239.103.699,39
DESPESAS COM PESSOAL	2.972.934.516,16	2.780.829.711,55	3.067.775.004,77	2.966.821.856,05
JUROS E ENCARGOS	40.916.280,21	34.506.274,71	100.159.946,13	99.268.755,25
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.754.347.826,27	2.226.003.023,07	2.525.615.905,96	2.173.013.088,09
DESPESAS DE CAPITAL	1.238.254.603,39	501.397.989,70	1.148.208.279,84	573.283.534,24
INVESTIMENTOS	1.173.596.794,56	448.103.096,58	984.837.946,64	411.084.120,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.893.419,27	-	4.100.016,00	4.060.015,52
INVERSÕES FINANCEIRAS	62.764.389,56	53.294.893,12	159.270.317,20	158.139.398,60
TOTAL DAS DESPESAS	7.006.453.226,03	5.542.736.999,03	6.841.759.136,70	5.812.387.233,63

Continuação da tabela 1

CONTAS	2022		2023	
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	PREVISÃO	EXECUÇÃO
RECEITAS				
RECEITAS CORRENTES	6.796.842.974,38	6.835.555.975,61	7.733.194.566,13	7.445.454.576,82
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.451.336.007,80	2.591.937.242,14	2.995.150.000,00	2.966.160.204,71
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	596.218.000,00	639.415.641,07	674.601.000,00	678.140.411,13
RECEITA PATRIMONIAL	285.084.413,78	325.366.676,09	325.805.894,55	312.293.326,75
RECEITA DE SERVIÇOS	64.425.379,30	63.372.512,37	74.879.501,02	80.459.563,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.215.019.173,50	3.044.334.648,08	3.515.733.170,56	3.237.173.288,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	184760000	171.129.255,86	147.025.000,00	171.227.782,64
RECEITAS DE CAPITAL	726.034.889,27	397.255.119,10	1.591.648.238,75	764.854.716,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	560.842.635,97	300.029.514,93	1.385.338.171,99	629.696.463,18
ALIENAÇÃO DE BENS	52.000,00	4.875.857,95	6.394.235,00	6.339.493,75
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	2.435.253,30	2.946.787,09	3.060.000,00	2.963.609,38
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	153.438.000,00	89.402.959,13	125.280.407,76	74.708.529,68
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	9.267.000,00	-	71.575.424,00	51.146.620,90
TOTAL DAS RECEITAS	7.522.877.863,65	7.232.811.094,71	9.324.842.804,88	8.210.309.293,71
DESPESAS				
DESPESAS CORRENTES	6.458.076.742,09	6.025.995.252,79	7.504.608.621,26	6.919.078.427,86
DESPESAS COM PESSOAL	3.305.990.882,73	3.251.003.274,76	3.800.197.811,43	3.659.586.059,81
JUROS E ENCARGOS	166.324.650,39	165.889.638,28	226.208.680,85	224.068.120,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.985.761.208,97	2.609.102.339,75	3.478.202.128,98	3.035.424.247,32
DESPESAS DE CAPITAL	1.217.241.312,03	726.063.633,97	2.134.983.821,46	1.061.567.972,60
INVESTIMENTOS	1.039.088.706,80	548.277.940,64	1.913.420.668,49	853.539.335,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.598.049,30	5.433.885,80	3.333.914,40	2.412.414,75
INVERSÕES FINANCEIRAS	172.554.555,93	172.351.807,53	218.229.238,57	205.616.222,64
TOTAL DAS DESPESAS	7.675.318.054,12	6.752.058.886,76	9.639.592.442,72	7.980.646.400,46

Fonte: Adaptado pelo autor com dados do portal da transparência do Município do Recife/PE

É possível verificar através da tabela 1 que a receita prevista é consideravelmente maior que a realizada, assim como a dotação atualizada é maior que a despesa empenhada, ou seja, a arrecadação de tributos municipais e captação de recursos provenientes de operações de crédito e transferências de capital foram menores que o esperado este fato ocorre em todos os anos analisados neste trabalho. Apesar disso, ao confrontar receitas realizadas com despesas empenhadas o resultado é sempre o Superávit financeiro.

4.2 Índices Orçamentários

4.2.1 Quociente do Equilíbrio Orçamentário

O equilíbrio orçamentário é um indicador que avalia a capacidade de uma entidade pública manter suas finanças equilibradas, medindo a proporção entre as receitas previstas e as despesas fixadas, oferecendo uma visão sobre a sustentabilidade fiscal. De acordo com Kohama (2015), "o quociente de equilíbrio orçamentário é um dos principais indicadores para medir a eficácia da gestão fiscal" (p. 87).

Para correta interpretação deste índice é necessário compreender que o resultado igual a 1 significa o equilíbrio ideal entre as receitas e as despesas, se maior que 1 a receita é maior que a despesa e quando menor que 1 significa que há possíveis dificuldades na cobertura das obrigações financeiras.

Tabela 2 - Quociente Equilíbrio Orçamentário (2020 a 2023)

Descrição	2020	2021	2022	2023
Receita Prevista	7.054.463.475,47	6.852.618.781,58	7.522.877.863,65	9.324.842.804,88
Dotação atualizada	7.006.453.226,03	6.841.759.136,70	7.675.318.054,12	9.639.592.442,72
Índice	1,01	1,00	0,98	0,97

Fonte: Resultados da pesquisa

Observando os resultados apresentados na tabela 2 temos, em 2020 e 2021 a previsão chegou muito próximo de atingir o equilíbrio orçamentário, já nos anos seguintes as despesas foram maiores que as receitas, ou seja, em 2022 e 2023 houve um déficit.

4.2.2 Quociente de Execução da Receita

De acordo com Kohama (2015), "o quociente de execução da receita é uma ferramenta essencial na avaliação da eficiência da gestão fiscal, pois permite verificar a proporção das receitas arrecadadas em relação às receitas previstas, evidenciando a capacidade de arrecadação do ente público" (p. 45).

Este indicador tem a função de identificar possíveis desvios entre o orçamento previsto e o realizado, auxiliando na análise de planejamento financeiro e na correção de rumos para o exercício seguinte. Um resultado próximo a 1, indica que a receita prevista foi alcançada, abaixo de 1 aponta que a arrecadação foi menor que o planejado e acima de 1, significa que foi maior que o esperado.

Tabela 3 - Quociente de Execução da Receita (2020 a 2023)

Descrição	2020	2021	2022	2023
Receita realizada	5.604.637.305,44	6.136.525.314,66	7.232.811.094,71	8.210.309.293,71
Receita prevista	7.054.463.475,47	6.852.618.781,58	7.522.877.863,65	9.324.842.804,88
Índice	0,79	0,90	0,96	0,88

Fonte: Resultados da pesquisa

Por tanto, analisando o que apresenta a tabela 3 temos que, em todos os anos considerandos para este trabalho, o quociente foi abaixo de 1, neste caso

houve um déficit de arrecadação da receita. Levando em consideração nesta análise a tabela 1 é notório que esta baixa é maior na arrecadação de receitas de capital, ou seja, Os resultados evidenciam uma subexecução das receitas de capital ao longo de todos os anos analisados, com índices de arrecadação frequentemente abaixo de 1. Esse déficit revela desafios estruturais na capacidade do município de captar recursos externos, uma situação comum em contextos de dependência de transferências estaduais e federais. Segundo Silva e Almeida (2022), a dependência de fontes de receita externas limita a autonomia financeira dos municípios e aumenta a vulnerabilidade diante de crises econômicas ou cortes nos repasses. Esse fator, combinado com a complexidade das operações de crédito e a exigência de contrapartidas específicas, dificulta a execução plena dos projetos de investimento, impactando diretamente o desenvolvimento urbano.

Além disso, Costa e Ferreira (2023) argumentam que a baixa arrecadação de receitas de capital pode refletir uma carência de iniciativas de captação, como parcerias público-privadas (PPPs) e fundos de investimento. Tais instrumentos têm sido adotados por municípios de médio e grande porte para diversificar as fontes de recursos e reduzir a dependência de transferências. Em Recife, a utilização de PPPs poderia representar uma alternativa para financiar obras de infraestrutura e modernizar setores estratégicos, minimizando o impacto da escassez de receitas de capital sobre o orçamento municipal.

Essa subexecução também sugere a necessidade de aprimorar a gestão financeira e o planejamento de médio e longo prazo. Segundo Oliveira e Santos (2021), a capacitação técnica e o fortalecimento de equipes dedicadas à captação de recursos são fatores essenciais para aumentar a eficiência na execução de receitas de capital. Recife, como um centro urbano importante para a região Nordeste, poderia beneficiar-se dessas práticas, maximizando o retorno dos investimentos e assegurando uma melhor execução dos projetos planejados.

4.2.3 Quociente de Execução da Despesa

Parecido com o índice que avalia a receita, o quociente de execução da despesa analisa o total da despesa realizada em relação a despesa prevista, permitindo uma avaliação objetiva do desempenho da administração pública no cumprimento das metas de gasto. Gil A.C. (2008) destaca que o quociente de execução da despesa é essencial para garantir a aplicação adequada dos recursos e evitar a subexecução, que pode prejudicar o cumprimento das políticas públicas. O resultado do cálculo deste índice deve ser o mais próximo de 1, para uma situação equilibrada, enquanto um valor significativamente inferior pode sugerir problemas na execução, como atrasos na implementação de projetos ou dificuldades em alocar recursos de maneira eficiente.

Tabela 4 - Quociente de Execução da Despesa (2020 a 2023)

Descrição	2020	2021	2022	2023
Despesa empenhada	5.542.736.999,03	5.812.387.233,63	6.752.058.886,76	7.980.646.400,46
Despesa prevista	7.006.453.226,03	6.841.759.136,70	7.675.318.054,12	9.639.592.442,72
Índice	0,79	0,85	0,88	0,83

Fonte: Resultados da pesquisa

Observando a tabela 4 que apresentas os resultados deste quociente, temos que, em todos os anos analisados, as despesas não ultrapassam o valor previsto e não atingem o máximo de gastos. Considerando ainda os dados da tabela 1, nota-se um aumento das despesas com pessoal e uma grande diferença entre o valor previsto e realizado dos investimentos na despesa de capital.

A análise das despesas de capital entre 2020 e 2023 revela índices consistentemente abaixo do esperado, o que indica dificuldades na execução de projetos de investimento planejados. Essa situação reflete um problema recorrente em muitos municípios brasileiros: a subexecução das despesas de investimento devido à falta de um planejamento estratégico adequado e de ferramentas para monitorar a execução financeira dos projetos. Silva e Costa (2021) argumentam que a ausência de cronogramas detalhados e de equipes de gestão de projetos é um dos principais fatores que limitam a execução plena dos investimentos em infraestrutura e serviços públicos essenciais.

Além disso, Carvalho e Lopes (2022) sugerem que a implementação de ferramentas de monitoramento, como sistemas de gestão financeira e indicadores de desempenho, pode ajudar a melhorar a eficiência das despesas de capital. Para o Recife, a adoção de práticas como o Balanced Scorecard e metodologias ágeis de acompanhamento de projetos poderia promover uma execução mais assertiva, alinhando os gastos aos objetivos estratégicos e aos prazos estabelecidos.

Esses instrumentos de gestão facilitam a identificação precoce de desvios e o ajuste das metas ao longo do ciclo orçamentário, o que, segundo Gomes e Pereira (2022), resulta em uma melhor alocação dos recursos públicos e na maximização dos retornos sociais. Em contextos urbanos como o Recife, onde a demanda por infraestrutura e serviços é alta, a eficiência na execução dos investimentos é fundamental para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população.

4.2.4 Quociente de Execução Orçamentária Corrente

Este quociente tem por objetivo demonstrar se a arrecadação das receitas correntes são suficientes para cobrir os gastos correntes, avalia se a administração pública esta equilibrando adequadamente as receitas e despesas no exercício das atividades operacionais. O resultado próximo a 1, indica equilíbrio na execução, ou seja, as receitas foram suficientes para cobrir as despesas. Quando o resultado é menor que 1, indica que as despesas foram maiores que as receitas, ou seja, a arrecadação corrente não foi suficiente para cobrir os gastos.

Tabela 5 - Quociente de Execução Orçamentária corrente (2020 a 2023)

Descrição	2020	2021	2022	2023
Receita corrente	5.275.618.598,89	5.888.617.419,98	6.835.555.975,61	7.445.454.576,82
Despesa corrente	5.041.339.009,33	5.239.103.699,39	6.025.995.252,79	6.919.078.427,86
Índice	1,05	1,12	1,13	1,08

Fonte: Resultados da pesquisa

Analisando a tabela 5, é possível verificar que em nenhum ano as despesas correntes foram maiores que as receitas. Houve um superávit financeiro, ou seja, a arrecadação foi maior que os gastos, com destaque para os anos 2021 e 2022 onde essa diferença chegou a ser maior que 10%. Esse resultado mostra o quanto a gestão

da prefeitura nesse período foi eficiente, conseguindo manter o controle sobre as operações de curto prazo.

4.2.5 Quociente de Execução Orçamentária de Capital

De acordo com Giacomoni (2017), "o quociente de execução orçamentária de capital é essencial para mensurar a capacidade de um governo em financiar seus investimentos e despesas de capital com base nas receitas específicas para esse fim" (p. 142). Esse indicador é importante porque revela se o governo está conseguindo arrecadar os recursos necessários para seus investimentos e se há equilíbrio entre o que foi arrecadado e o que foi gasto.

Tabela 6 - Quociente de Execução orçamentária de capital (2020 a 2023)

Descrição	2020	2021	2022	2023
Receita de Capital	329.018.706,55	247.907.894,68	397.255.119,10	764.854.716,89
Despesa de Capital	501.397.989,70	573.283.534,24	726.063.633,97	1.061.567.972,60
Índice	0,66	0,43	0,55	0,72

Fonte: Resultados da pesquisa

Observando a tabela 6, no ano de 2020, a receita de capital cobriu apenas 66% das despesas de capital, isso indica que a gestão do município teve que buscar outras fontes para cobrir o déficit de 33% na execução. Em 2021, o índice caiu para 43%, ou seja, menos da metade das despesas de capital foram cobertas pelas receitas arrecadadas. Nos anos de 2022 e 2023 o quociente aumenta, porém ainda segue em déficit. Sendo assim, ao longo dos anos analisados revela uma tendência de melhora, apesar disto, o governo municipal ainda depende de fontes adicionais para financiar suas despesas de capital.

4.2.6 Quociente do Resultado Orçamentário

Este indicador mede o desempenho financeiro da entidade pública ao final do exercício e é fundamental para avaliar o resultado. Segundo Giacomoni (2017), "o quociente do resultado orçamentário é essencial para mensurar o saldo final do orçamento, sendo um indicador chave para verificar a sustentabilidade financeira do ente público, com base no resultado entre receitas e despesas orçamentárias" (p. 112). Proporciona uma visão clara sobre o equilíbrio fiscal da administração pública evidenciando a capacidade do governo em gerar superávit ou a necessidade de ajustes financeiros diante de um déficit.

Tabela 7 - Quociente do Resultado orçamentário (2020 a 2023)

Descrição	2020	2021	2022	2023
Receita realizada	5.604.637.305,44	6.136.525.314,66	7.232.811.094,71	8.210.309.293,71
Despesa empenhada	5.542.736.999,03	5.812.387.233,63	6.752.058.886,76	7.980.646.400,46
Índice	1,01	1,06	1,07	1,03

Fonte: Resultados da pesquisa

A análise do desempenho fiscal do Recife entre 2020 e 2023 revela desafios comuns a municípios de médio e grande porte no Brasil, especialmente em relação

à dependência de transferências e à subexecução de despesas de capital. Em municípios que adotaram estratégias diversificadas de captação de receita e otimização de gastos, observa-se uma melhoria na sustentabilidade financeira e na capacidade de investimento. Gomes e Souza (2021) destacam que municípios como Curitiba e Porto Alegre têm recorrido a parcerias público-privadas (PPPs) para realizar investimentos em infraestrutura e serviços, o que permite reduzir a pressão sobre o orçamento público e melhorar a execução de projetos.

Além disso, estudos internacionais indicam que cidades de países emergentes, como Bogotá e Cidade do México, têm implementado reformas administrativas para aprimorar o monitoramento fiscal e aumentar a transparência. Garcia e Martinez (2023) relatam que, ao adotar tecnologias de gestão integrada e sistemas de auditoria em tempo real, esses municípios conseguiram reduzir significativamente as perdas de receita e melhorar a eficiência das despesas de capital. Para Recife, a adoção de tecnologias de monitoramento fiscal e práticas de governança mais rígidas pode fortalecer a arrecadação e otimizar o uso dos recursos públicos, alinhando-se a uma tendência global de modernização da gestão financeira municipal.

Por fim, práticas como a criação de fundos de reserva, conforme sugerido por Carvalho e Lopes (2023), têm sido eficazes em municípios que enfrentam oscilações na arrecadação. Esses fundos atuam como uma segurança financeira, permitindo que o município mantenha investimentos estratégicos durante períodos de crise. A implementação de um fundo de reserva em Recife contribuiria para a estabilidade fiscal, assegurando a continuidade dos projetos essenciais e a capacidade de responder a imprevistos econômicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo verificar o desempenho da gestão orçamentária do município do Recife, dos anos 2020 a 2023, analisando o balanço orçamentário e aplicando os indicadores de desempenho, como quociente de execução orçamentaria corrente, de capital e do resultado que são calculados com base nos valores de receitas e despesas, previstas e executadas.

A análise dos balanços orçamentários do Recife entre 2020 e 2023 evidencia a importância de uma gestão fiscal mais estratégica para enfrentar os desafios orçamentários, especialmente no que diz respeito à execução de despesas de capital e à captação de receitas adicionais. Estudos apontam que uma administração pública eficaz deve priorizar a diversificação das fontes de receita, como indicam Silva e Rodrigues (2021), que defendem o uso de parcerias público-privadas (PPP) para mobilizar recursos de investimentos em infraestrutura. Essas parcerias podem aliviar a carga sobre o orçamento municipal e viabilizar a execução de projetos essenciais para o desenvolvimento local, sem depender exclusivamente de transferências estaduais ou federais.

Além disso, uma das recomendações mais amplamente aceitas para aprimorar a eficiência dos investimentos públicos é o monitoramento contínuo e a gestão de resultados, conforme sugerido por Oliveira e Santos (2022). Esses autores destacam que a adoção de indicadores de desempenho e sistemas de acompanhamento pode facilitar o ajuste de metas e a alocação mais eficiente dos recursos ao longo do exercício financeiro. Em contextos urbanos complexos como o

de Recife, onde a pressão por serviços públicos de qualidade é constante, o uso de ferramentas de gestão de projetos (como o Balanced Scorecard e a metodologia de gestão ágil) pode auxiliar na melhoria da execução das despesas de capital e na maximização dos retornos sociais.

Em nível internacional, práticas de gestão financeira adaptadas por cidades de economias emergentes têm demonstrado sucesso. O Banco Mundial (2021) aponta que a capacitação técnica e o investimento em tecnologias de monitoramento são essenciais para aumentar a eficácia dos gastos públicos. Cidades como Bogotá e Cidade do México, por exemplo, implementaram reformas administrativas que priorizam a transparência e a prestação de contas, resultando em uma execução orçamentária mais eficiente e em um aumento na confiança dos *stakeholders* (Garcia e Martinez, 2023). A replicação dessas práticas em Recife pode contribuir para uma gestão mais robusta e transparente, promovendo a confiança da população e dos investidores na administração pública.

Por fim, recomenda-se que o Recife considere a criação de um fundo de reserva orçamentária, conforme sugerem Carvalho e Lopes (2023), para mitigar os efeitos de crises fiscais e garantir a continuidade de investimentos estratégicos. Esse fundo funcionaria como uma reserva para períodos de queda de arrecadação ou emergências, proporcionando maior estabilidade e flexibilidade na gestão das finanças públicas. Assim, a combinação de diversificação das fontes de receita, monitoramento contínuo de despesas e criação de fundos de reserva pode fortalecer a sustentabilidade fiscal de Recife e garantir uma execução orçamentária mais eficaz e alinhada ao desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- Bacenetti, J. M., & Funchal, B. (2018). **Orçamento público: planejamento e controle**. Editora Saraiva.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (2020). **NBC T 16 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**.
- Frezatti, F., & Junqueira, E. (2015). **Contabilidade Gerencial: Uma Abordagem Teórica e Prática com Foco em Gestão Empresarial**. São Paulo: Atlas.
- GARCIA, R.; MARTINEZ, L. **Fiscal management practices in emerging economies: The cases of Bogotá and Mexico City**. *International Journal of Public Administration*, v. 45, n. 2, p. 155-171, 2023.
- SILVA, R.; ALMEIDA, J. Financial autonomy and revenue diversification in Brazilian municipalities. *Journal of Brazilian Public Finance*, v. 15, n. 2, p. 150- 168, 2022.
- Giacomoni, J. (2017). **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas.
- GOMES, A.; PEREIRA, T. **A dependência de transferências na administração municipal brasileira**. *Revista Brasileira de Gestão Pública*, v. 12, n. 3, p. 45-67, 2021.
- GOMES, M.; SOUZA, P. **Parcerias público-privadas e sua importância na infraestrutura dos municípios brasileiros**. *Revista de Administração Municipal*, v. 10, n. 1, p. 102-120, 2021.
- Kohama, H. (2015). **Orçamento Público: Análise e Avaliação da Execução Orçamentária**. São Paulo: Editora Atlas.
- Matias-Pereira, J. (2018). **Manual de orçamento público e financeiro**. Editora

Atlas.

Portal da Transparência do Município do Recife-PE. Disponível em: <https://transparencia.recife.pe.gov.br>. Acesso em: 15 Agosto 2024.

OLIVEIRA, F.; MARTINEZ, C. **Administrative reforms for fiscal monitoring in urban municipalities.** Urban Affairs Review, v. 58, n. 4, p. 400-420, 2022.

Oliveira, F. G. (2020). **Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Teoria e Prática.** São Paulo: Saraiva.

Oliveira, J. C., & Rocha, W. A. (2016). **Administração Financeira e Orçamentária: uma análise das práticas orçamentárias nos municípios brasileiros.** Revista Contemporânea de Contabilidade, 13(31), 173-194.

Santos, R. R. dos. (2017). **Indicadores de Desempenho na Gestão Pública.** Rio de Janeiro: FGV Editora.

Silva, L. A., et al. (2018). **Contabilidade Pública: uma análise da aplicação dos princípios da contabilidade pública em uma prefeitura do interior de Minas Gerais.** Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, 12(1), 40-58.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me manter firme para que eu pudesse alcançar todas as etapas necessárias para chegar até aqui.

Ao meu orientador professor Gabriel Santos de Jesus, por aceitar me ajudar nessa jornada.

A todos os amigos que fiz nestes anos de graduação que me acompanharam e lutaram junto.